O P. C. P. AFIRMA QUE OS FASCISTAS CONTINUAM A DOMINAR A ADMINISTRAÇÃO EM DIVERSAS ZONAS DA MADEIRA

A propósito da situação política na Madeira, difundiu o Partido Comunista Português um comunicado em que afirma estar o saneamento praticamente por efectuar em toda a ilha, onde os fascistas, apoiados por uma boa parte do clero e da Informação reaccionária, continuam a dominar a Administração em diversas zonas da Madeira.

E, a seguir, o P. C. P. afirma:

«A reacção consegue criar um ambiente de intimidação que torna difícil, ou mesmo impossível, a realização de comícios ou sessões de esclarecimento. Em toda a Ilha, e especialmente em algumas zonas, ser-se comunista ou fazer propaganda do P. C. P. é pôr em risco a integridade física dos militantes.

A frente da maioria dos sindicatos continuam a estar direcções que a ditadura fascista impôs aos trabalhadores. Recentemente, a direcção fascista do Sindicato dos Estivadores não hesitou em lançar no desemprego 12 trabalhadores, sendo a verdadeira razão dessa inqualificável decisão o facto de eles serem comunistas.

Aproveitando o abandono a que o fascismo votou a ilha e a sua população, têm surgido muitas organizações políticas, como o chamado Exército de Libertação do Arquipélago da Madeira (E. A. M.), que instigam a ideia de separação da Madeira.»

Dado o reaccionarismo que o P. C. P. diz existir ali, em recente nota, ter sido a processar-se sem o apoio activo da população e com uma diminuta participação dos partidos democráticos. Há razões de sobra para se concluir que sem uma rápida e grande modificação das actuais condições políticas, as eleições previstas para Março, na Madeira, não poderão ser eleições livres.

O P. C. P. termina fazendo um apelo para que os partidos democráticos e o M. F. A. unam os seus esforços no sentido de se efectuar na Madeira, num rápido saneamento político e económico das autoridades que possibilitem instaurar em toda a Ilha, de maneira efectiva, as liberdades democráticas definidas pelo Programa do M. F. A. e conquistadas no 25 de Abril».

O GENERAL VASSALO E SILVA HOMENAGEADO POR MILITARES QUE COMANDOU EM MOÇAMBIQUE E TIMOR

Um grupo de antigos oficiais, sargentos e praças da Companhia Mista de Transmissões, unidade que prestou serviço em Moçambique e em Timor durante a II Guerra Mundial, prestou ontem homenagem ao seu comandante de então, major Vassalo e Silva, hoje reabilitado e reintegrado no Exército, no posto de general, pela jovem Democracia Portuguesa, que assim repariou a injustiça de que foi vítima durante o regime fascista, em consequência do rancor de Salazar, após a invasão de Goa pela União Indiana.

Tratou-se de uma «reunião de família», que decorreu em casa do homenageado, e na qual participou também, a escritora antifascista Maria Lamas, irmã do general Vassalo e Silva. Entre os antigos oficiais da C. M. T. presentes, contava-se o brigadeiro Armando Girão, último presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, no tempo, capitão naquela unidade.

No início do encontro, foram projectados diversos «slides» evocativos do período de serviço em Lourenço Marques e Díli.

A certa altura, usou da palavra o então primeiro-cabo Cruz, que disse, sucintamente: «Há cerca de 15 anos, fez-se finalmente justiça. Foi com verdadeira e sincera alegria que li nos jornais diários a notícia da reabilitação do nosso general Vassalo e Silva e da sua reintegração no Exército Português, de onde nunca deveria ter estado afastado.

Há gerações que entram na História e um povo por actos de coragem e por sanhudas batalhas. Pois o nosso general terá forçosamente que entrar na História de Portugal por ter tido a coragem perante de saber perder uma, pois seria uma perda irreparável e sacrílica das vidas de três mil e tantos soldados portugueses que se encontravam sob as suas ordens, se acaso desse execução à ordem de rendição que ao último homem que lhe foi dada pelo cego ditador Oliveira Salazar.»

Sensibilizado, o general Vassalo e Silva agradeceu as palavras do cabo Cruz, em termos de muita estima para com todos os seus antigos soldados, referindo, nomeadamente, que, quando ainda hoje pensa nele, dia para dia, consigo: «Estes, sim, estiveram sempre comigo». Finalmente, evocou todos os que haviam perecido.

Ainda durante um porto de honra que o general Vassalo e Silva fez questão de servir a todos os praticipantes, falou um antigo soldado que, dirigindo-se também ao brigadeiro Armando Girão, disse: «Foi o pior soldado do nosso brigadeiro, que foi também sempre extraordinário comigo.»

O brigadeiro Armando Girão, por sua vez, após ter afirmado que os seus antigos soldados lhe haviam proporcionado muitos momentos de satisfação, acrescentou, dirigindo-se ao general Vassalo e Silva:

«Vamos hoje devolver-lhe um bocadinho da consideração que sempre dedicou a todos nós.» Dirigiu também algumas palavras de muita admiração pela esposa do homenageado, que também estava presente, e cuja generosidade reniu.

No final, o general Vassalo e Silva fez questão de saudar, um a um, os antigos soldados, que reconheceu e tratou pelos seus nomes próprios.

O comandante Conceição e Silva, ladeado pelo subsecretário de Estado Luís de Barros, pelo director-geral e pelo director dos Serviços de Informação, durante a reunião sobre a venda de jornais. Em baixo: parte da assistência à reunião

O GOVERNO NÃO ADMITE BOICOTES A JORNAIS E REPRIMIRÁ SEVERAMENTE QUAISQUER ALTERAÇÕES DE ORDEM PÚBLICA DECORRENTES DE TAIS FACTOS

- OS VENDEDORES DE JORNAIS LEVANTARAM O BOICOTE AO SEMANÁRIO «EXPRESSO» APÓS UMA REUNIÃO NO MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
- OS DIÁRIOS PODERÃO ORGANIZAR A SUA PRÓPRIA DISTRIBUIÇÃO AO DOMINGO SE OS VENDEDORES NÃO ESTIVEREM INTERESSADOS NA VENDA

O levantamento do boicote ao semanário «Expresso» foi ontem acordado no decorrer de uma reunião, presidida pelo secretário de Estado da Comunicação Social e em que estiveram presentes representantes da administração e dos trabalhadores do semanário e delegados dos Grémios da Imprensa Diária e Não Diária e do Sindicato dos Vendedores de Jornais.

Na reunião ficou ainda acordado que os jornais diários poderão sair ao domingo se as empresas o acharem conveniente, e que os vendedores poderão organizar-se de forma a garantir a sua distribuição. No entanto, se estes últimos mantiverem a sua posição, definida há alguns meses, de não distribuir jornais ao domingo, as próprias empresas poderão organizá-la como entenderem, sem que, ficou assente, os vendedores de jornais interfiram de qualquer forma para obstar a essa distribuição.

A reunião, iniciada cerca das 12.30 com um atraso de meia hora, enquanto se aguardava a chegada de uma equipa da RTP, prolongou-se até cerca das 15 horas, terminando com a leitura, pelo secretário de Estado, de um comunicado conjunto, em que foram sintetizadas as conclusões a que se chegou, após a apresentação dos pontos de vista governamental, gremial, de «Expresso» e dos vendedores de jornais sobre o problema do boicote da semana passada aquele semanário, das percentagens sobre a venda e rebuidas aos vendedores e da questão da saída dos jornais ao domingo.

O comunicado, em que se sublinha ter ficado claro definida a posição do Governo no sentido de não admitir boicotes a jornais e de reprimir severamente quaisquer alterações de ordem pública decorrentes de tais factos, refere que, nestas condições, ficou resolvido:

«1. O problema das percentagens sobre a venda dos jornais será discutido, por meios democráticos, entre o Sindicato dos Vendedores e os Grémios da Imprensa Diária e Não Diária, no âmbito da Comissão Conjunta, em que foram sintetizadas as conclusões a que se chegou, após a apresentação dos pontos de vista governamental, gremial, de «Expresso» e dos vendedores de jornais sobre o problema do boicote da semana passada aquele semanário, das percentagens sobre a venda e rebuidas aos vendedores e da questão da saída dos jornais ao domingo.

O comunicado, em que se sublinha ter ficado claro definida a posição do Governo no sentido de não admitir boicotes a jornais e de reprimir severamente quaisquer alterações de ordem pública decorrentes de tais factos, refere que, nestas condições, ficou resolvido:

«1. O problema das percentagens sobre a venda dos jornais será discutido, por meios democráticos, entre o Sindicato dos Vendedores e os Grémios da Imprensa Diária e Não Diária, no âmbito da Comissão Conjunta, em que foram sintetizadas as conclusões a que se chegou, após a apresentação dos pontos de vista governamental, gremial, de «Expresso» e dos vendedores de jornais sobre o problema do boicote da semana passada aquele semanário, das percentagens sobre a venda e rebuidas aos vendedores e da questão da saída dos jornais ao domingo.

«2. Será levantado imediatamente o boicote ao «Expresso».

«3. Os jornais poderão sair ao domingo, se as empresas o acharem conveniente, organizando-se os vendedores de modo a assegurar a distribuição da forma que entenderem.»

A nota diz que os vendedores não estarem interessados em assegurar a distribuição ao domingo, as empresas organizá-la-ão da forma que entenderem.»

Posição do Governo

Para chegar àquele comunicado foram necessárias mais de duas horas de diálogo. Frequentemente animado, entre as diversas partes após o comandante Conceição e Silva ter expresso, como o faria dias ter antes, a decisão de reunir conjuntamente com o comandante Montes, director-geral da Informação a posição governamental sobre os boicotes a jornais, concretamente incidentes relacionados com a venda de jornais, no Porto, no último domingo. Em síntese, essa posição pode resumir-se no facto de o Governo não estar disposto a permitir quaisquer alterações de ordem pública nem boicotes deste género e não abdicará deste ponto. Por outro lado, considera o conjunto da população portuguesa não poder ficar privada de informação escrita no Domingo por decisão unilateral de uma minoria.

Exposta a posição do Sindicato, por um dos delegados, que demos disse que houvera «deturpações» nas notícias sobre a actuação daquele organismo e explicou que não se tratava de «sabotagem» ao «Expresso», mas sim de «defesa de uma causa», porque os vendedores reclamam um aumento da percentagem sobre a venda, tanto mais que subiu o preço do jornal, o director-geral da Informação disse que os vendedores de jornais tinham toda a simpatia do Ministério da Comunicação Social, mas que essa simpatia não podia ser extensiva a meia dúzia de exploradores que controlam as vendas, as sobras, etc. e que estão a comportar-se como «tubarões», invocando o 25 de Abril para enganar os outros. De mesmo modo, disse não se poder invocar o M.F.A. ou o nome do Primeiro-Ministro, como o Sindicato fez, para «tapar os trabalhadores», nem utilizar «métodos de «gangsters».»

Entretanto, um representante dos trabalhadores do «Expresso» disse que os membros do «chamado sindicato» eram patrões na maioria, entre os quais José Gomes, pelo que não deviam estar numa associação de trabalhadores e explorar os sindicatos. Por outro lado, informou que o semanário, às vezes, sai tarde, o que teve por consequência de várias ordens, e que a distribuição é deficiente, e disse achar grave que, numa altura em que o «chamado sindicato» negociava para a percentagem, alguns tenham boicotado o «Expresso», ameaçando com uma pistola dois empregados do jornal».

Entretanto, delegados dos vendedores expuseram as suas razões, considerando pequena a percentagem (20 por cento) que auferem com a venda do «Expresso», pelo que os jornais diários pagam entre 23 e 25 por cento e Pinto Balsemão, director e administrador do semanário, disse que o boicote contra aquele periódico era ilegal, tanto mais que o Sindicato nem sequer ajudara o «Expresso» do que ia fazer e que acontecera uma «ameaça de ameaça, ocupação da rua e em relação a toda a edição» e não só à que lhe estava reservada. E acrescentou que o semanário no cederia a pressões desse tipo, enquanto durassem as negociações.

Questões concretas

Por outro lado, diversos vendedores manifestaram a sua oposição quanto à saída de jornais ao domingo («também temos o direito de descansar, disseram, em substância») e manifestaram igualmente o desejo de que, no Natal, não houvesse jornais, apresentando José Gomes uma proposta nesse sentido. A proposta, que distribuíria a publicação dos jornais diários pela véspera, dia e dia seguinte ao Natal, via ser estudada nos próximos dias.

Rui Ramos, falando pelo Grémio da Imprensa Diária, disse que os preços de custo de fabrico dos jornais aumentaram substancialmente nos últimos tempos e que as percentagens não são a maneira de atalhar correspondente a o problema, referindo ainda que seria no âmbito da Direcção-Geral de Preços que, apresentados estudos por uma e outra parte, se poderia chegar a qualquer conclusão sobre a questão. Esse estudo, no que se refere às despesas dos vendedores, disse José Gomes, foi já apresentado.

Em contrapartida, por diversas vezes foi referido que o Sindicato, tal como existe, deveria transformar-se numa associação (equivalente aos antigos Grémios), porquanto representa, na maioria, pequenos comerciantes que têm a seu cargo não seu serviço para a venda de jornais, revistas, livros, etc. Por outro lado, quer da parte dos representantes gremiais, quer da parte do M.C.S., foi censurada a atitude do Sindicato ao tomar uma posição de força quando estavam negociações em curso.

O secretário de Estado Conceição e Silva teria, a certa altura, duas questões concretas, exigindo uma resposta do Sindicato: se continuaria ou não o boicote e qual a disposição de encarar uma possível venda de jornais ao domingo, em fórmula a resolver.

Após mais algumas intervenções, o problema ficaria resolvido com a aceitação, por parte dos dirigentes do Sindicato, de que quem quisesse «levantar «Expresso» o fizesse à vontade, pois não haveria interferências. O mesmo aconteceria com os jornais diários que saissem ao domingo. O delegado do Sindicato acabaram por concordar que, obrigatoriamente, não tinham direito de boicotar a saída das publicações em causa. Por fim, acordou-se na redacção do comunicado conjunto, especificando-se agora que, a breve prazo, se iniciem negociações no âmbito da Direcção-Geral de Preços.

Comunicados dos trabalhadores do «Expresso»

Entretanto, foram divulgados dois comunicados dos trabalhadores do «Expresso», um dos quais dirigido aos vendedores de jornais, em que é denunciada a actuação dos espatrões do Sindicatos e se afirma ter sido uma intenção política no boicote declarado, no passado fim de semana, ao semanário. Nos mesmos comunicados, referem-se que os verdadeiros vendedores e as crianças a quem eles pagam miseravelmente a «jornada» são os exploradores, perguntando-se a razão de tal boicote quando, devido ao aumento do preço de capa, os vendedores passaram a receber 1$50 por cada numero vendido, em vez de 1$00 que recebiam anteriormente. Por outra forma, dizem, estavam em curso negociações. E perguntam quais os «verdadeiros motivos que foi o «Expresso» o atingido e não a totalidade dos semanários.

A situação dos trabalhadores do jornal «Epoca»

A Comissão de Trabalhadores do jornal «Epocas» enviou ao primeiro-ministro um telegrama em que chama a atenção para a situação dramática em que se encontram os dois funcionários da Companhia Nacional Editora, que se «arrastam», e na sua grande parte, não receberam ainda a totalidade do vencimento de Novembro e não dão ainda garantida da subsistência de todos», quase passado que vai o mês corrente.

E termina afirmando que, compreendendo embora os esforço que o Governo tem feito para estabelecer a nossa situação, esta agrava-se precisamente na quadra mais significativa do ano.

CONSELHO DOS VINTE NOMEADA UMA DELEGAÇÃO DO M. F. A. PARA SE DESLOCAR A CABO VERDE

(Continuado da 1.ª página)

Há ainda quem o classifique como Plano de Reconstrução Nacional — observamos.

«Bom, eu também estarei tentado a dar uma classificação desse tipo ao plano», replicou o ministro Melo Antunes. «Julgo que o seu espírito, pelo menos, é esse: é fazer com que este país saia do estado desastroso em que o encontramos em 25 de Abril e em que ainda continua, para passar a viver um autêntico plano de reconstrução e mesmo de salvação nacional.»

Recordamos então que, ao entrar no Palácio de Belém, o ministro Vítor Alves mencionava a possibilidade de o Conselho dos Vinte sugerir, em pura atitude de camaradagem, qualquer alteração que achasse conveniente ser efectuada no texto original do programa, e perguntámos ao ministro Melo Antunes se tal viera a acontecer durante a reunião de hoje. Em resposta, aquele membro do Governo Provisório afirmou-nos:

«O programa foi apenas debatido na generalidade e, a propósito dele, também se discutiram muitos outros problemas que interessam ao futuro do País. O debate continuará à medida que for também discutido em Conselho de Ministros.»

REUNIÕES COM INDUSTRIAIS DE LANIFÍCIOS E CALÇADO PATROCINADAS PELA F. F. E.

Promovidas pelo Fundo de Fomento de Exportação, como consequência da última deslocação à U. R. S. S. da missão comercial de exportadores de calçado e lanifícios portugueses, realiza-se amanhã, pelas 18.00 horas, no Palácio da Bolsa, no Porto, uma reunião de trabalho com industriais de calçado e, no dia 21, às 17.00 horas, na sede do Clube União da Covilhã, um encontro com industriais de lanifícios.

RUI VILAR NA EMISSORA NACIONAL

A ESTRATÉGIA ANTIMONOPOLISTA DEFENDERÁ A CONCORRÊNCIA AO NÍVEL DAS P. M. E.

«A estratégia antimonopolista traduz-se na defesa do funcionamento da concorrência, sobretudo ao nível das pequenas e médias empresas. A defesa da concorrência é, pois, toda a acção dirigida a evitar que as empresas possam dominar o mercado, pela prática de posições de cartel ou de oligopólio.

A declaração pertence ao ministro da Economia, dr. Rui Vilar, e foi proferida, sua microfones da Emissora Nacional.

«A estratégia antimonopolista, que é uma das linhas mestras do Programa do Movimento das Forças Armadas, tal como a expressão estratégia indica, representa um conjunto de medidas, portanto, um conjunto de acções que se devem suceder no tempo até ao atingimento dos fins dos objetivos», disse o ministro.

«O objectivo final duma estratégia antimonopolista, é, no meu entender, — prosseguiu — colocar o funcionamento dum sistema económico ao serviço do povo português e, portanto, reforçar, atenuar todas as assimetrias na distribuição do rendimento e, finalmente o abuso do poder económico.

Como estratégia que é, certas questões se desenvolvem em certas frentes. A primeira é a do controlo, pelo Estado, das alavancas estratégicas da economia, ou seja, aquelas que podem interferir declaradamente no desenvolvimento da economia ou aquelas que podem ser de ordem técnica, de poder. Funcionar em regime de monopólio. Por exemplo, nada justifica que a produção e distribuição de electricidade não estejam feitas por uma única unidade; que a refinação do petróleo não seja feita por uma única unidade — há razões técnicas que aí isso indicam».

A defesa da concorrência

E prosseguiu:

«Por outro lado, a estratégia antimonopolista, traduz-se na defesa do funcionamento da concorrência, sobretudo ao nível das pequenas e das médias empresas.

A defesa da concorrência é, pois, toda a acção dirigida a evitar que as empresas possam dominar o mercado, pela prática de posições de cartel ou oligopólio.

A defesa da concorrência está em primeira linha, tal como vimos isoladamente no apoio técnico e financeiro às pequenas e médias empresas, enquanto também alguns duma legislação geral antimonopolista que se está a preparar no Ministério da Economia, por uma combinação de medidas, por despacho meu e a que preside um conselho económico e social, que funciona no Porto, o dr. Vasco Airão, e que, especialmente a defesa da concorrência».

Nem plano nem emergência

Segundo Rui Vilar, «essa legislação contemplará as chamadas práticas comerciais restritivas, por exemplo, os acordos que levam a não deixar de funcionar o mercado, contemplará os abusos das posições dominantes que é normalmente a prática, segundo pelas situações de cartel e as dificuldades, que vêm do regime corporativo, no acesso ao estabelecimento».

E, a concluir:

«Num país como o nosso, numa fase intermédia entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como já tem sido dito, pelo europeu e pelo do Terceiro Mundo, em simultâneo (e isto não só por característica meramente económica) mas até por uma característica histórica e sociológica, a estratégia antimonopolista tem que passar, efectivamente, por um reforço da posição do sector público e pelo controlo do Estado. A nossa capacidade de investimento não é grande e, portanto, os grandes investimentos nos sectores estratégicos terão que ser realizados e controlados pelo Estado, sob pena de criarmos atrasos e dificuldades, no futuro, que não poderemos suportar.

Neste momento, não adiantaria mais nada para não me antecipar ao programa económico e social, que tem sido chamado plano de emergência, mas que não é plano nem é de emergência; é um programa político que foi elaborado por um pequeno grupo dirigido pelo major Melo Antunes, como sabe, em que participei e que, na próxima semana, será discutido em Conselho. Nesse programa haverá mais alguma coisa sobre esta matéria, mas para já é tudo.»

JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DO PORTO

PORTO — Em breve cerimónia, realizada no Governo Civil, foram empossadas as comissões administrativas das juntas de freguesia do concelho do Porto.

Conferiu posse o vice-governador, dr. Fernando Cabral, que agradeceu aos empossados a sua amabilidade em aceitar os cargos que haviam sido indicados pelos três partidos da coligação governamental e lhes desejou felicidades.

As juntas têm a seguinte constituição:

BONFIM — Presidente, Luciano Pereira da Brito; secretário, Manuel José Alves Ramos; tesoureiro, Amílcar Fernandes Morais e Castro.

CANIDELO — Presidente, Abílio da Purificação Sampaio; secretário, Bernardino Pinto da Costa; tesoureiro, José de Sousa Pereira.

SANTO ILDEFONSO — Presidente, Fernando Abílio Ribeiro; secretário, Henrique Augusto Morais; tesoureiro, Manuel Fernando Dias Correia.

SÉ — Presidente, Bruno de Sousa e Castro; secretário, Manuel Moreira Rodrigues; tesoureiro, Armando Xavier Ferreira.

ALDOAR — Presidente, Domingos Barbosa Pereira; secretário, Domingos Frederico Tejal Ferreira Soares; tesoureiro, António Domingos dos Santos.

CEDOFEITA — Presidente, Arnaldo Guimarães Correia Leite; secretário, Mário Araújo; tesoureiro, Jorge Manuel Amorim de Ferreira Miranda.

FOZ DO DOURO — Presidente, Pedro Dias do Espírito Santo; secretário, José Manuel Guerra de Sousa Pinto; tesoureiro, Rui Alberto Ferreira.

LORDELOS DO OURO — Presidente, Alípio Ferreira Ramos; secretário, José Lúcio Nunes de Morais; tesoureiro, Vitorino Coutinho Gonçalves da Fonseca.

MASSARELOS — Presidente, Guilherme Veríssimo da Cunha Rodrigues; secretário, Maria Margarida Neves; tesoureiro, Humberto Peixoto Guimarães.

MIRAGAIA — Presidente, Francisco António Pereira Coelho; secretário, Delmar Teixeira de Carvalho; tesoureiro, José do Carmo Mota Pinto Bento.

NEVOGILDE — Presidente, Alvaro dos Santos Lopes; secretário, José Monteiro Cor. Paiva; tesoureiro, Adriano Teixeira Martins Laranjeiras.

S. NICOLAU — Presidente, Francisco Marques José; secretário, Manuel Ferreira Marques; tesoureiro, António Morais Alves.

VITÓRIA — Presidente, Virgínia Alves Oliveira; secretário, Jorge Azevedo Carvalho; tesoureiro, Verísimo Inácio Joaquim da Costa Pinheiro.

Vila Franca de Xira

Recesso de anuncios para o novo jornal:
FERNANDO GOMES DOS SANTOS, Rua Dr. Miguel Bombarda, 17-1.º. Telef. 22805.

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO PROPÔS UMA SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DA AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS NA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

As passagens administrativas, os cursos intensivos e a avaliação de conhecimentos através de provas adequadas têm sido, na Faculdade de Direito de Lisboa, motivo de muita e variada controvérsia nas reuniões para o efeito já realizadas. O estudo das propostas formuladas sobre qualquer daquelas opções fez extremar campos e teu origem a uma quebra no movimento estudantil. E, no entanto, o impasse continuava ontem à noite, quando a Faculdade de Direito de Lisboa, o secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica e o director-geral do Ensino Superior. Sobre os resultados dessa reunião o M. E. C. informa o seguinte:

«Verificou-se que a proposta dos alunos traduz-se em passagem administrativa a todas as cadeiras. Solução que o M.E.C. não aceita. Os professores consideram da comissão de gestão, também não patrocinam tal proposta.

Em contrapartida, propõe o ministro propôs como possível a seguinte solução: os alunos fazem um pedido escrito em moldes a determinar pela comissão de gestão e sobre matéria que foi fixada. Este ponto será analisado de modo a que haja uma classificação individual e voto decisivo do professor encarregado de cada disciplina. Seguindo pontos para os alunos que não obtenham resultados no primeiro, ainda ideia já tinha, ainda, sido defendida pelos professores em reunião da comissão de gestão, como a melhor forma de sair do impasse.

O ministro manifestou também a convicção de que tal proposta seja aceite pelos alunos e assim se possa ultrapassar a crise actual.»

Processo de provimento de professores efectivos do Ensino Preparatório

Considerando não ser possível dar seguimento ao processo de provimento de grande número de professores por causas exclusivamente imputáveis aos interessados ou aos gestores dos estabelecimentos onde estão colocados, informa o MEC que foi prorrogado o prazo até 31 de Dezembro corrente, através de diploma legal a publicar em breve no «Diário do Governo».

Nestes termos, insiste-se com todos os estabelecimentos de ensino que ainda não enviaram os diplomas de provimento e com todos os professores que ainda não entregaram os documentos que hão-de instruir os respectivos processos, para que o façam com a maior urgência, a fim de que toda a documentação necessária de entrada na Direcção de Serviços de Pessoal da Direcção-Geral da Administração Escolar até 31 do corrente, impreterivelmente.

Aos escolas que já remeteram os diplomas de provimento e a documentação dos professores efectivos nelas colocados devem oficiar também urgentemente a confirmar o envio da documentação, para efeito de controlo».

As respostas devem ser enviadas à Direcção de Serviços 2.ª Repartição, na Rua Pinheiro Chagas, 1, Lisboa I.

Os professores primários do concelho de Baião não querem o actual delegado escolar

PORTO — Num abaixo-assinado enviado ao ministro da Educação e Cultura, algumas dezenas de professores do concelho de Baião comunicaram o delegado escolar, professor Lourenço Pereira Baptista, como fascista. Ora ele aparece agora no encabeçar a lista para continuar naquele cargo, o qual junto também seu filho, professor Orlando Gil Vicente